

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE JUNHO DE 2001

*Senhor Ministro Sarney Filho; Senhores Ministros de Estado; Governadores; Prefeitos; Parlamentares; Senhoras e Senhores,*

O Ministro Sarney Filho fez uma exposição tão ampla, tão detalhada, a respeito do dia, da temática e das medidas que estamos adotando, que poderei ser mais breve.

Mas eu não queria deixar de expressar a minha satisfação de estarmos aqui, hoje, juntos, no dia 5 de junho, quando se celebra, em todo o mundo, o Dia do Meio Ambiente. Eu acho que essa, hoje, é uma preocupação, diria, abrangente, às vezes obsessiva. E ela é mais do que internacional, ela é global. Porque cada vez mais se percebe que certos tipos de questões, hoje, ultrapassam as fronteiras nacionais. Até ousaria dizer que mesmo barreiras ideológicas se tornam insubsistentes diante da necessidade premente de que nós entendamos que há, efetivamente, uma questão que desafia a Humanidade, que tem alcance global.

Eu não me canso de dizer que, talvez, quem tenha visto isso pela primeira vez, de um outro lado do mundo e com uma compreensão global, foi Gorbatchov. Devem lembrar-se, ainda, dos famosos traba-

lhos do Gorbachov, em que ele, talvez pela primeira vez – talvez, não, seguramente – sendo, como era, líder de um dos blocos que então se confrontavam, declarou que certas questões não podiam mais ser pensadas, nos dias que corriam, a partir da perspectiva de um Estado apenas. Não seria cabível analisá-las do ângulo de uma ideologia apenas. E que a concepção que, até então, alicerçara o Estado no qual ele imperava, que era a luta de classes, que se transformara em luta de potências, era insuficiente para dar conta de certos desafios.

E o curioso é que Gorbachov, ao formular essas idéias, as formulou a partir do medo do terror atômico. Percebeu que o caminho, a marcha da insensatez – nem todos percebem quando começa a marcha da insensatez, as conseqüências que elas podem – essa marcha da insensatez que, então, estava em plena vigência, podia levar à destruição da Humanidade.

Um dos fundamentos do pensamento reformista, renovador, de Gorbachov, na época, era, se eu posso dizer assim, telúrico. Ele tinha essa preocupação que transcendia a política do cotidiano e mesmo a política dos Estados, transcendia de muito os choques doutrinários ideológicos.

Ele percebeu – não terá sido o único, mas foi o mais expressivo, na época – que a guerra atômica não teria ganhadores, seríamos todos perdedores, e que haveria que ter uma responsabilidade para com a Humanidade, uma responsabilidade para com a Natureza e para com a preservação das condições essenciais, para a reprodução da própria Humanidade.

Eu não sei se se valorizou suficientemente este ângulo da visão de Gorbachov. Mas acho que é um ângulo significativo, a ser lembrado num dia como hoje, que é o Dia do Meio Ambiente. E foi premonitório, até porque o desastre de Chernobyl é um desastre que não pode deixar ninguém se esquecer de que, efetivamente, os riscos atômicos são terríveis e que têm uma persistência que dura muito tempo.

É claro que dessas reflexões não decorreu uma revisão dos modos pelos quais o mundo contemporâneo trata a Natureza e mesmo como concebe o próprio processo de crescimento econômico e de desenvolvimento. Ainda recentemente, agora, nós estamos a nos defrontar com

uma crise energética, ocasionalmente, aqui, também, mas que é geral, que é ampla e que tem a ver com as bases de sustentação do mundo contemporâneo: é o consumo de energia de uma maneira exponencial.

Mesmo os países mais ricos – e me refiro aos Estados Unidos – nesse momento têm uma preocupação, que é uma preocupação básica, porque há uma finitude na Natureza, em relação a certos aspectos. Essa idéia de finitude da Natureza, já em décadas atrás, foi muito fortemente levantada pelo chamado Clube de Roma, e, então, era percebido como pensamento da direita. Era um pensamento dito conservador, porque propunha, naquela época – e eu creio que equivocadamente – o chamado “crescimento zero”. Na verdade, o “crescimento zero” a que eles se referiam era a este tipo de crescimento: um crescimento que dilapida os recursos naturais e que não cria as condições de reposição desses recursos naturais.

Mas, aossados pela necessidade que existe da continuidade do processo de crescimento, para atender às demandas da sociedade, sobretudo a dos países em desenvolvimento, que necessitam, efetivamente, de um esforço muito grande para atender às condições de vida de suas populações, essas teorias do Clube de Roma entraram em desuso.

Agora me parece que, outra vez, se volta a considerar não isso, mas o oposto disso: a necessidade imperiosa de crescer a qualquer custo, utilizando-se não importa que tipo de fonte geradora de energia, sem mesmo preocupar-se com os efeitos da utilização excessiva de combustíveis fósseis sobre o clima, sobre o efeito estufa e o meio ambiente.

É só acompanhar a discussão que está sendo levada adiante nos Estados Unidos, neste momento, para que nós, no dia de hoje, façamos uma reflexão sobre de que maneira, às vezes, os focos de pensamento dão a volta e passam a girar, às vezes, desligados de toda a experiência histórica. Vai-se da preocupação quase terrorista do Clube de Roma, contra qualquer tipo de desenvolvimento, à preocupação oposta: é preciso crescer, não importa de que maneira, usando-se não importa que tipo de energia, e é preciso, para isso, fazer qualquer esforço, independentemente das conseqüências jurídicas ou das conseqüências ambientais.

Bom, nós, por sorte, não estamos entre esses dois extremos. Estamos crescendo, precisamos continuar crescendo, precisamos corrigir certas deficiências, precisamos acelerar certos programas, mas não precisamos cair no pólo oposto de dizer “a qualquer custo”. Não. Não a custo da Natureza, porque a custo da Natureza será a custo da própria Humanidade, que não terá condições de sobrevivência.

É por isso que, hoje, ao estarmos aqui, celebrando este 5 de junho, uma série de medidas foram tomadas. Algumas que vêm de aspirações antigas de muitos de nós, outras, mais recentes. Mas o fato é que está-se colocando, outra vez, na ordem do dia a necessidade de pensar nos recursos renováveis. E se hoje nos aflige a falta de energia momentânea, amanhã pode afligir-nos a escassez de água, apesar de o Brasil ser um dos países de maior abundância de água doce, porque os recursos são finitos. Conforme o uso desses recursos, mesmo que sejam abundantes, eles podem perder a capacidade de bem servir à sociedade.

É por isso que nós criamos essa Agência Nacional de Águas, a ANA, e que o Ministro Sarney Filho teve tanto cuidado, juntamente com o Doutor Kelman, na formulação dessa Agência Nacional de Águas, com uma concepção nova, que é uma concepção que faz que as bacias sejam preservadas, que haja uma participação ativa dos grupos sociais na definição dos rumos da utilização da água e que se perceba que a água é também um recurso escasso. Portanto, é preciso não apenas definir formas de utilização, mas que esses recursos têm um custo. Quando a gente pensa que não têm custo, na verdade, é porque outros estão pagando o custo do desperdício ou do uso. Muitas vezes, esses outros que estão pagando não são os que mais podem pagar.

A ANA, a meu ver, é um marco na compreensão que hoje temos, no Brasil, dessas questões de recursos naturais, de preservação ambiental e da necessidade de que se utilizem bem esses recursos, não para manter a Natureza intocada, senão que para fazer que, ao tocarmos a Natureza – e a cultura toca a Natureza, necessariamente – que a toquemos de uma maneira que ela possa ser reproduzida pelas forças que deram origem a ela, e ela não seja destruída pela ação humana.

Além dessa referência à ANA, o Ministro Sarney Filho mencionou vários programas que são extremamente significativos para nós. Aqui, os dois Governadores, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, nos deram o prazer de estarem aqui, assinando esse empréstimo. E eles, hoje, estão com um prazer maior ainda, porque esse empréstimo quem vai pagar sou eu. Naturalmente, isso é modo de dizer. Quem vai pagar é o povo do Brasil, porque os recursos do Governo são recursos extraídos do povo. Só que não vai ser apenas o povo de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, senão que o povo do Brasil todo, porque a preservação do Pantanal é um bem nacional. Eu diria que é um bem da Humanidade. E nós precisamos, efetivamente, fazer um grande esforço para manter o Pantanal em condições híidas, em condições de reprodutibilidade.

Esse projeto, desde que me entendo, aqui, como homem de governo, estava rolando. O Governador Wilson Martins quantas vezes esteve comigo, para pedir-me empenho! Quantas vezes eu não só prometi como me empenhei! Quantas vezes conversei com o Doutor Iglesias, do Banco Interamericano de Desenvolvimento! Quantas vezes alertamos e pedimos, todos empenhados! E o mundo moderno é assim: seis anos. Mas, agora, saiu. Saiu e isso aqui é apenas a primeira parte deste projeto.

A além disso, essa preocupação com as bacias – e vejo, aqui, com alegria, o Prefeito de Volta Redonda, o Prefeito de Campinas aqui, presentes e, certamente, representando outros Prefeitos, em cujas terras passam rios e formam parte de bacias, também, mais amplas – essa preocupação com as bacias é muito importante.

Acredito que as palavras do Ministro Sarney sobre o rio São Francisco são definidoras da angústia de muitos dos rios brasileiros. Eu diria quase que praticamente de todos porque, na verdade, se não cuidarmos da mata ciliar, se não cuidarmos do assoreamento, se não tomarmos as precauções necessárias, os rios morrem. E nós não queremos que morram. E, muito menos, o rio São Francisco, que é um rio simbólico, chamado de integração nacional, como o Araguaia. Mas que isso – aqui há representantes do Nordeste – é, com exceção de mil megawatts que vêm de Tucuruí, que eu mesmo inaugurei, há um ano e meio, o rio é a única fonte efetiva de energia de todo o Nordeste do Brasil. De tal

maneira que, a despeito de nós termos feito um grande esforço, na parte energética no Nordeste – basta dizer que das seis turbinas de Xingó, cinco foram feitas no meu governo; basta dizer que a única energia adicional que lá existe vem de Tucuruí, que é uma linha de transmissão que inaugurei há coisa de pouco menos de dois anos –, ainda assim, se não for o rio São Francisco não há como gerar energia para o Nordeste. E não é só energia, ele gera água para irrigação. Basta olhar, aqui, o Deputado Oswaldo Coelho, que eu logo me lembro da importância fecunda do rio São Francisco.

E, não obstante, como este ano o rio São Francisco está sofrendo a maior seca dos últimos 70 anos, não há força humana que supra o que foi desfeito no passado pelo descuido de dezenas de anos, senão que desde sempre. O rio São Francisco que começa aqui, nesta região do Planalto de Brasília, do Planalto Central – cujo desmatamento tem efeito sobre as águas, inclusive subterrâneas, que correm para o São Francisco, mas que se materializam com mais força em Minas Gerais, sobem Bahia acima – e se vê, realmente, que a perda de vitalidade do rio São Francisco é alguma coisa que vai machucar muito o coração de todos os brasileiros e o modo de vida de todos os nordestinos.

Ou nós revitalizamos o rio São Francisco ou quaisquer discussões, seja sobre energia, seja sobre água para beber, no Nordeste, não têm saída, a não ser que se queira – o que eu não quero – a saída atômica como forma de energia, porque a saída eólica é custosa e não é suficiente. Então, a preservação do rio São Francisco – e, hoje, aqui, se colocam recursos à disposição disso – é fundamental para uma parte muito importante do Brasil. E, se o rio São Francisco tem, além da sua carga simbólica, também essa importância prática essencial, podem ter certeza de que as várias bacias aí contempladas – essa do rio Muriaé, não me recordo o outro nome da cidade, no Rio de Janeiro – terão a mesma importância, assim como os rios que cortam São Paulo, em várias partes, como o rio Piracicaba, como o rio Paraíba, o Paraíba do Sul. Todos eles precisam de uma atenção muito especial, sem o que não teremos condições de reproduzir o estilo de vida da nossa sociedade tal como ele é hoje. E como ele é hoje acho que não devemos reproduzir.

Não é para fazer do limão limonada, porque nessas coisas não dá para fazer. Mas temos que aproveitar também o lado bastante desagradável, duro, dessa crise energética para pensar um pouco sobre o desperdício. E quem fala foi, como Senador, autor de um projeto de lei de conservação de energia. E apelo aos Deputados: está na pauta, votem-no. São sete anos, já é tempo de votar. Conservação de energia. É preciso que pensemos também que a conservação da água, da energia, enfim, dos bens naturais, é essencial. E o nosso modo civilizatório de desperdício não será compatível, a longo prazo, com os recursos da Natureza, ainda que de um país tão rico em Natureza quanto o Brasil. Então, acredito que pelo menos fique, dessas agruras pelas quais estamos passando, na nossa memória a importância de se pensar um pouco sobre o modo pelo qual estamos dispondo dos recursos naturais e utilizando a água, a luz, enfim, as fontes de vida, cuja preservação é essencial.

Por fim – e, certamente, não mencionei todos os aspectos que o Ministro já mencionou com mais detalhe – creio que as modificações que estamos fazendo no Ibama também são importantes, porque é preciso que haja um órgão de meio ambiente que tenha melhores condições de funcionamento.

E quero deixar, aqui, em público, além do meu agradecimento, que reitero a todos aqui presentes, quero deixar meus agradecimentos ao Ministro Sarney Filho. Ele tem sido – talvez não seja boa expressão nos dias de hoje – um dínamo. Tem gerado muita força. Tem gerado muita força com esse seu jeito de quem resolve, com esse seu jeito bonachão, alegre, mas, ao mesmo tempo, exigente, capaz de cobrar. E cobra tanto que, quando o Ministro Martus Tavares, espertamente, deixou de assinar um dos empréstimos, ele deu um beliscão no Ministro Martus e o Ministro Martus assinou o empréstimo.

Estão todos, portanto, de parabéns, sem beliscões.

Muito obrigado.